

Assunto: REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS DOS SERVIDORES DO  
INCRA, MDA E SPU.

Senhor Ministro,

Ao longo das últimas cinco décadas, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi uma das instituições federais que mais contribuiu com o desenvolvimento do meio rural brasileiro, com a colonização de territórios, assentamentos de reforma agrária, regularização fundiária, regularização de territórios quilombolas, gerenciamento do cadastro de terras e aplicação de políticas públicas, beneficiando uma grande diversidade de públicos por todo o país.

Atualmente, o INCRA é o gestor do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Brasil, com registros que ultrapassam sete milhões de imóveis rurais particulares, e do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), que conta com mais de um milhão de imóveis rurais certificados, o que ultrapassa uma área de 380 milhões de hectares. A Autarquia faz, ainda, a regularização fundiária de terras ocupadas por famílias e comunidades tradicionais – como as ribeirinhas, as extrativistas e as quilombolas.

Além disso, a Autarquia é responsável pela efetivação da Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e, em 2024, existem quase 1 milhão de famílias beneficiadas no Brasil, formando 9.450 projetos de assentamentos em uma área de 87 milhões de hectares.

No que diz respeito à atuação, missão e desafios do INCRA no Estado do Maranhão, que tem uma superfície de cerca de 33 milhões de hectares, em síntese, podemos destacar:

1. Georreferenciamento e certificação: temos 17,29 milhões de ha georreferenciados e certificados, correspondendo a 46.876 parcelas/imóveis;
2. Cadastramento de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR): 209.196 imóveis cadastrados com uma área de mais de 44 milhões de ha;
3. Áreas destinadas à Reforma Agrária: temos 1045 projetos de assentamentos federais (que corresponde à 11,5% do total), beneficiando 147.232 famílias (o que equivale à 15,36% do total do país) e abrangendo uma área de cerca de 5 milhões de hectares.
4. Regularização de Territórios Quilombolas: 159 mil ha de áreas reconhecidas, com 6461 famílias beneficiadas e 4 títulos emitidos. No entanto, ainda há uma demanda gigantesca de regularização de 400 processos administrativos de comunidades remanescentes de quilombo, com potencial de alcance de milhares de famílias.
5. Regularização Fundiária de gleba pública federal: emissão de cerca de 56 mil títulos e titulação de glebas urbanas de dezenas de municípios do estado, permitindo a legalização e

desenvolvimento das cidades. Muitas dessas áreas tituladas hoje são municípios ou núcleos urbanos.

Lamentavelmente, mesmo diante de resultados tão expressivos, ao longo dos últimos anos, a performance do INCRA tem sido drasticamente afetada por decisões políticas equivocadas, gestões retrógradas, retração de orçamento, desvios em suas atividades e atribuições específicas, falta de condições de trabalho apropriadas, envelhecimento e aposentadoria de seu quadro de trabalhadores com a **redução drástica do número de servidores da ativa** - que já ultrapassou 10 mil entre os anos de 1970 e 1990, e atualmente tem apenas cerca de 2,5 mil, o que representa uma redução de 75%; fato que pode ser explicado pela **remuneração defasada** e carreira sem atratividade para atuais e novos servidores.

Entre as alternativas para fomentar a atuação do INCRA e fazer com que ele possa voltar a ser um diferencial no desenvolvimento do Brasil, estão: a aplicação de gestão qualificada, orçamento apropriado, melhoria das condições de trabalho e reestruturação de carreiras.

No que se refere à reestruturação de carreiras do INCRA, **suas entidades representativas já entregaram documentos com as pautas de reivindicações ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)** e buscam seu atendimento pelo Governo Federal. A Mesa de Negociação já está instalada, **porém, agendou reunião para o INCRA apenas para meados do mês de março**, o que pode resultar no esgotamento de orçamento para reestruturação das carreiras, que para 2024 é de somente R\$ 816 milhões, sendo disputado por várias carreiras (14 mesas de negociações em andamento).

Além de contar com poucos servidores para atender às demandas de milhares de famílias, o **salário do INCRA é o mais baixo dentre as instituições com competências equivalentes**, como Funai e Ibama (Brasil, 2024)<sup>1</sup>.

As disparidades entre os salários dos servidores do INCRA e de outras instituições congêneres é enorme, a exemplo da FUNAI e do IBAMA, conforme comparativo nos quadros abaixo.

Comparativo de salário INCRA x FUNAI	
INCRA	FUNAI
Inicial nível superior é de <b>R\$ 5.212,29</b>	Inicial nível superior é de <b>R\$ 8.263,06</b>
<b>A remuneração inicial do INCRA é 58,53% menor que da FUNAI.</b>	

<sup>1</sup>Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios — Portal do Servidor (www.gov.br)

Comparativo de salário INCRA x IBAMA	
INCRA	IBAMA
Inicial nível superior é de <b>R\$ 5.212,29</b>	Inicial nível superior é de <b>R\$ 8.817,72</b>
<b>A remuneração inicial do INCRA é 59,11% menor que do IBAMA</b>	

Além da desigualdade no que se refere ao salário-base, os **servidores dessas autarquias congêneres** (Funai e Ibama) possuem **gratificação por qualificação**, enquanto os funcionários do INCRA não recebem percentual adicional, apesar de colocarem a serviço da Autarquia, em sua rotina de trabalho, os conhecimentos que adquirem por meio de especializações, mestrados e doutorados.

Isto posto, nos perguntamos; **por que servidores que são diretamente responsáveis pela execução de uma política pública de cunho social tão relevante para o país, recebem salários tão baixos e desiguais em relação às instituições que atuam em áreas afins?**

**Por que os servidores do INCRA, que têm a competência de regularizar as terras brasileiras, são tão desvalorizados pelo Governo Federal?**

**Por que os políticos do país não percebem a importância de valorizar a Autarquia e os funcionários que trabalham em prol de garantir as condições de acesso à terra e a segurança alimentar da população brasileira?**

**Por que funcionários que viabilizam o acesso à terra, manutenção das famílias no campo e produção de alimentos - questões centrais para melhorar as condições de vida do nosso povo - recebem os menores salários dentre as várias carreiras do Concurso Nacional Unificado?**

Assim, diante desses questionamentos e da valorosa missão que os servidores do INCRA têm que desempenhar para cumprir os objetivos do Programa Nacional de Reforma Agrária, pedimos a Vossa Senhoria que nos apoie na nossa luta, que é uma das causas mais justas do nosso país, com foco nos seguintes pontos:

1. Antecipar para o mais breve possível a reunião dos representantes do INCRA com a Mesa de Negociação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI);
2. Aprovação da proposta de reestruturação do INCRA.

Respeitosamente,